

## O regime fiscal de Lula

Rogério L. Furquim Werneck\*

O País continua imerso na mais completa incerteza sobre que governo terá a partir de 1º de janeiro. Ainda não tem a menor ideia de quem serão os responsáveis pela condução da política econômica.

Em meio à apreensão com tamanha indefinição, o que se alega é que o presidente eleito é assim mesmo. Que esse é seu estilo. E não tem faltado quem se apresse a comparar 2022 com 2002, lembrando que o anúncio oficial de que Antonio Palocci seria o novo ministro da Fazenda só foi feito mais de 40 dias após o segundo turno. A alegação não faz sentido. Muito antes de tal anúncio, Palocci já vinha desempenhando papel crucial como porta-voz econômico e coordenador da equipe de transição do governo então eleito.

Além disso, é bom lembrar que, em 2002, Lula e o PT tinham conquistado pela primeira vez a Presidência da República. Eram um bando de neófitos, forjado em longa e tenaz oposição a vários governos, mas sem nenhuma experiência prévia com a complexidade de tripular e operar a gigantesca máquina política e administrativa do Governo Federal.

Em gritante contraste, a vitória de 2022 marca nada menos que a quinta vez, em 20 anos, que o PT conquista a Presidência. Tripular o Poder Executivo já não deveria parecer tão difícil como em 2002. Mas o que agora se vê é Lula e o PT comportando-se, de novo, como um bando de neófitos, emaranhados em caótico processo de transição.

A equipe de transição parece mais ocupada em promover debates, nas mais variadas áreas, entre as forças que compõem o governo eleito, do que, de fato, empenhada em acertar ponteiros entre o governo que sai e o que entra. Inclusive porque ainda não se tem a menor noção de com que tripulantes, em cada área, contará o governo que entra.

É bem verdade que, desta vez, Lula conseguiu ganhar a eleição sem anunciar nem mesmo um simulacro de plano de governo para a área econômica. Tamanho era o dissenso dentro do PT sobre o que deveria ser feito, que não ter plano passou a ser crucial para manter a coesão no partido. Nunca é demais lembrar que já em maio, em entrevista à revista *Time*, Lula deixara claro que seu plano era não ter plano. “Nós não discutimos política econômica antes de ganhar as eleições. Em primeiro lugar, você tem de ganhar as eleições”.

O que tem causado apreensão é que, eleito já há 26 dias, o novo presidente ainda não tenha absolutamente nada a dizer sobre como pretende manter as contas públicas sob controle ao longo dos próximos quatro anos. E que, sem ter sequer nomeado seu ministro da Fazenda, venha concentrando todos seus esforços em frenética tentativa de extrair do Congresso, a toque de caixa, espaço fiscal para mais R\$ 200 bilhões de gasto público a cada ano, a partir de 2023.

Há quem veja nisso clara evidência de falta de reflexão prévia no PT sobre a questão central de política econômica com que o novo governo teria de lidar. Pode até ser. Mas uma interpretação alternativa, com perfeita aderência aos fatos, é que, muito ao contrário, a questão tenha sido objeto de longa reflexão no PT. E que o novo governo já esteja firmemente decidido a não se deixar tolher, de nenhuma forma, seja pelo teto de gastos seja por novas regras fiscais que têm sido aventadas para substituí-lo. Simples assim.

Basta ter em mente o que Lula vem declarando, com todas as letras, há meses. E começar a levá-lo a sério. “Vamos gastar o que for preciso gastar” (*Folha*, 17/3). “Teto de gastos é de responsabilidade do presidente da República. Sei o que é responsabilidade. Quem não sabe faz uma lei” (*Valor*, 25/5). “Governo sério não precisa de teto de gastos” (Bloomberg, 25/5).

Para tentar quebrar resistências do Congresso à PEC da Transição, o novo governo propõe, agora, que a emenda retire o teto da Constituição e determine que “nova regra fiscal” seja aprovada por lei complementar, em 2023. Como tal aprovação exigirá não mais que maioria absoluta, a aposta do novo governo é que conseguirá que a nova regra não lhe tolha a condução da política fiscal. Esse é o jogo. Falta convencer o Centrão.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.